

FEMINISMO NEGRO NO BRASIL: A LUTA POLÍTICA COMO ESPAÇO DE FORMULAÇÃO DE UM PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO SUBALTERNO

Ana Claudia Jaquetto Pereira¹

Resumo: Neste trabalho, esboço uma análise de ideias desenvolvidas pelo movimento de mulheres negras nos últimos trinta anos, buscando identificar elementos centrais de um pensamento social e político do feminismo negro brasileiro. Para tanto, divido minhas considerações em três etapas. Em um primeiro momento, recorro a estudos sobre o movimento de mulheres negras, bem como à Análise Crítica do Discurso de textos produzidos no contexto de militância. Desta forma, tento compreender como o movimento, em sua diversidade interna, articula conceitos como “opressão”, “cidadania”, “democracia” e “participação política”. Em seguida, procuro dimensionar a originalidade do feminismo negro a partir de uma comparação com a bibliografia canônica sobre relações raciais e democracia em quatro aspectos: lugares de produção e finalidade do conhecimento; experiência individual e estrutura social; o papel do Estado na democracia; interação entre raça, classe social e gênero. Por fim, sugiro que o pensamento que emerge da mobilização de feministas negras propõe questões e alternativas que não são comportadas pelo discurso acadêmico tradicional, oferecendo leituras do mundo social mais complexas, propostas concretas de transformação social e formulações acessíveis a um público não-acadêmico.

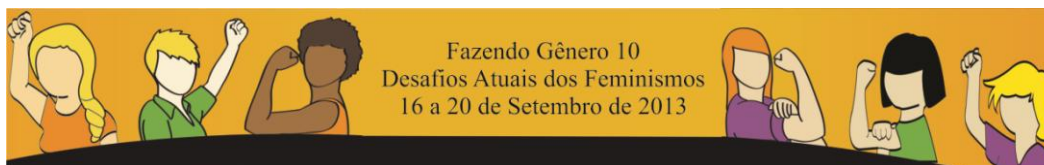
Palavras-chave: Feminismo negro. Relações raciais. Pensamento social. Democracia.

Nos últimos trinta anos, a militância das mulheres negras no interior de organizações políticas dedicadas à promoção dos direitos humanos da população negra e ao fim da opressão de raça, gênero e exploração econômica tem favorecido a cristalização de perspectivas específicas sobre a organização da sociedade brasileira, justiça social e democracia. Neste trabalho, proponho um olhar para tais perspectivas que, sem negligenciar aspectos que variam ao longo do tempo e de acordo com concepções próprias a cada uma de suas autoras, busca identificar continuidades e acúmulos no processo de produção de conhecimento que a militância enseja. Em outras palavras, tento identificar elementos centrais de um pensamento social e político de mulheres negras, aqui designado pelo termo “feminismo negro”².

Pelo menos desde a chegada das/dos primeiras/os africanas/os ao território brasileiro, promovidas pela imigração forçada no contexto de escravidão colonial, homens e mulheres negras tem adotado práticas individuais e coletivas de resistência, dedicadas à conquista de condições de

¹ Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista do CNPq.

² Embora algumas das militantes e organizações cuja produção analiso não empreguem o termo “feminismo negro” para definir seu trabalho, utilizo o termo para designar um conjunto plural e dinâmico de ideias e práticas desenvolvidas, em diversas partes do mundo, por mulheres de descendência africana, militantes ou não, com o intuito de enfrentar a opressão de gênero, raça e classe social (Collins, 2000).



sobrevivência e de voz em contextos sociais moldados pelo racismo, pelo sexismo e pela exploração econômica.

Nos últimos anos, tais práticas e estratégias vem despertando crescente interesse acadêmico. No Brasil, a visibilidade conquistada por movimentos negros e a presença de mulheres negras em programas de pós-graduação – em número reduzido, porém inédito – tem estimulado a documentação e a análise deste legado, frequentemente sob a rubrica de “estudos sobre as mulheres negras” ou “feminismo negro”. Juntando-me a tais esforços, compartilho da visão de que, ao abordar fenômenos políticos e sociais, militantes negras formulam e associam conceitos e práticas de forma inovadora e, ao fazê-lo, geram novas perspectivas sobre eles. Desta forma, “criam pré-condições para inovações conceituais e teóricas, abrindo possibilidades para diferentes maneiras de interpretar processos históricos e políticos” e produzindo *teorizações* sobre os mesmos (Hanchard, 2010).

Em meu trabalho de doutoramento em andamento, tento compreender, sem qualquer pretensão exaustiva, como a produção intelectual das mulheres negras militantes rearticula, endossa ou questiona definições de “justiça social”, “participação democrática” e “cidadania” correntes no campo dos Estudos das Relações Raciais no Brasil. Aqui, apresento resultados preliminares desta pesquisa. Na primeira parte do trabalho, observo como “opressão”, “cidadania”, “democracia” e “participação política” são articuladas em artigos, ensaios, teses e textos acadêmicos assinados por Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Jurema Werneck, bem como em publicações das organizações não-governamentais Criola³ e Geledés⁴.

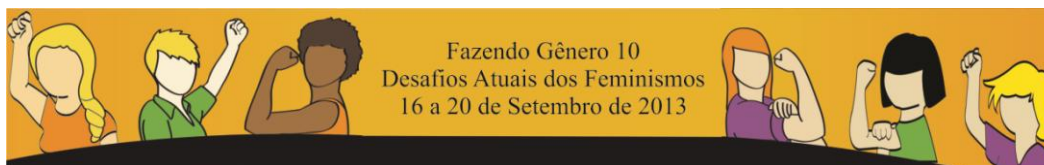
Na segunda parte, reflito brevemente sobre a originalidade deste pensamento social e político em quatro aspectos principais: lugares de produção e finalidade do conhecimento; experiência individual e estrutura social; o papel do Estado na democracia; interação entre raça, classe social e gênero.

Compreender e reformular: projetos democráticos do feminismo negro

As formulações políticas das intelectuais negras estudadas evidenciam uma compreensão específica de relações sociais, fundadas em sua leitura das opressões como a sobreposição de fenômenos locais e globais que estabelecem posicionalidades hierárquicas, múltiplas e complexas

³ *Criola* é uma organização não-governamental com sede no Rio de Janeiro, fundada em 1992 e dedicada à “promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal”. Ver: www.criola.org.br.

⁴ *Geledés* é “uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras”. Fundada em 1988, tem sede em São Paulo. Ver: www.geledes.org.br



entre grupos sociais. Em geral, “raça”, “gênero” e “classe” –às vezes acompanhados de “orientação sexual”, “idade” e outras categorias de análise –emergem como eixos fundamentais em torno dos quais o poder se organiza e, embora a compreensão da prevalência de cada um deles na estrutura social varie entre autoras, parece haver um consenso de que, ainda que distintos, estes eixos operam conjuntamente.

A versão de Lélia Gonzalez recorre a elementos da teoria marxista para explicar hierarquias sociais simbólicas e materiais. Para ela, o racismo é uma ideologia que viabiliza a reprodução de um sistema fundado na exploração capitalista (Gonzalez, 1979). Enquanto ideologia, ele institui sua “eficiência estrutural” ao promover a divisão racial do trabalho e, assim, atuar na definição das classes sociais, funcionando como um “dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social” (Gonzalez, 1984a).

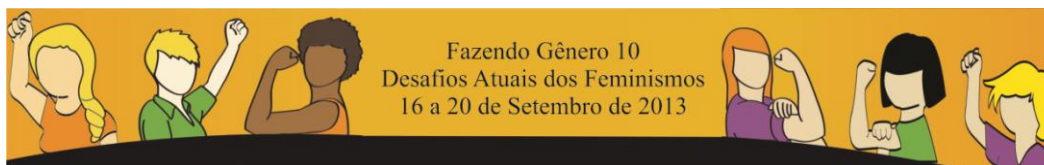
Embora o grupo capitalista branco figure como o principal operador desta ideologia, a inscrição de seus efeitos no nível da estrutura social ocasiona que um grupo mais amplo se beneficie da “mais-valia psicológica, cultural e ideológica” por ela instituídos:

[...] tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou super-exploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas (Gonzalez, 1979).

“Gênero” aparece como um terceiro termo da equação, determinante para a produção de desigualdades entre homens e mulheres do mesmo grupo racial, mas não necessariamente para produzir dinâmicas semelhantes para homens e mulheres de diferentes grupos raciais (Gonzalez, 1982; Gonzalez e Hasenbalg, 1982; Gonzalez, 1988)⁵.

O trabalho da autora é ilustrativo de uma *crítica ao capitalismo e contextualização dos efeitos da opressão de gênero em uma estrutura social racializada que aparenta ser um dos elementos unificadores das teorizações de mulheres negras sobre a vida social*, diferenciando-as, até certo ponto, de outras teorias feministas e anti-racistas. Isso porque a literatura recente sobre gênero tem sido a única a mencionar conjuntamente as categorias classe, raça e gênero, a partir da

⁵ Ver também: Carneiro, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista na luta anti-racista”. In: MUNANGA, K. (Ed.). **História do Negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003a.



influência de correntes hegemônicas do feminismo norte-americano⁶. Contudo, uma revisão bibliográfica revela que seu uso tem sido associado a análises sobre subjetividade que tem como unidade de análise indivíduos ou relações interpessoais, assumindo teor descritivo e pouco atento a processos sociais mais amplos. Não raro, tais escritos se limitam a mencionar a palavra “raça” sem, contudo, utilizá-la como categoria de análise.

Escritos e entrevistas de militantes negras sugerem que a visão interseccional que caracteriza o feminismo negro brasileiro percorreu caminho diverso, recorrendo a um repertório de teorização firmado nas décadas de 1970 e 1980, com a participação das militantes em setores da esquerda, movimento negro e movimento feminista. Problematizando interpretações sociológicas e agendas políticas com base na experiência social das mulheres negras e atentas à atuação das ativistas dos direitos civis norte-americanas, as mulheres negras herdaram e rearticularam versões nacionais do marxismo, do pan-africanismo e do feminismo, repercutindo em seu pensamento as preocupações com estruturas e sistemas sociais nutridas pelos movimentos sociais à época (Gonzalez, 1982; Iraci, 2005; Bairros, 2006; Roland, 2006).

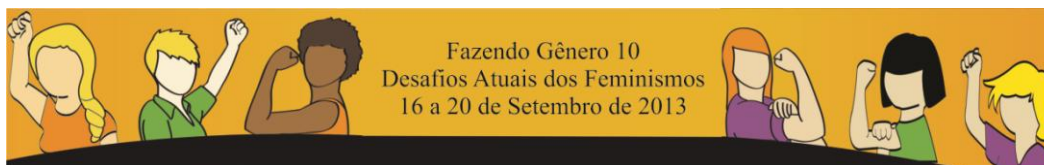
Ao mesmo tempo, não há privilégio de uma unidade de observação específica. Trajetórias individuais (Werneck, 2007), relações afetivas (Carneiro, 1995), movimentos sociais (Bairros, 1996) e cultura (Gonzalez, 1984b), por exemplo, são objeto de análise do feminismo negro, tendo sempre, porém, a estrutura social como pano de fundo. Múltiplas são também as maneiras de entender “poder”, mas, em geral, há uma preferência por noções fluidas, influenciadas pelo pós-estruturalismo de Foucault (Carneiro, 2005), Althusser, Lacan (Carneiro, Santos e Costa, 1985), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (Bairros, 1996).

Tais noções refinadas de *interseccionalidade* e *poder* servem de alicerce para a proposta democrática do feminismo negro. O exame dos materiais de mobilização (panfletos, jornais, livretos etc.) das organizações Criola e Geledés, além dos escritos aqui considerados, permite apreciar como são construídas ideias relativas à vida política do país.

Uma publicação do Geledés explica a conquista de direitos por mulheres negras nos seguintes termos:

As mulheres negras não aceitaram passivamente a situação de opressão ao longo da história. Desde o período da escravidão até os dias atuais, lutam para garantir a subsistência, direitos sociais e políticos, qualidade de vida para si, seus familiares e sua comunidade.

⁶ Sobre os diferentes sentidos atribuídos ao termo “interseccionalidade” por feministas e feministas negras norte-americanas, ver: ALEXANDER-FLOYD, N. G. *Disappearing Acts: Reclaiming Intersectionality in the Social Sciences in a Post-Black Feminist Era*. **FEMINIST FORMATIONS**, v. 24, n. 1, p. 1-25, 2012. ISSN 2151-7363.



[...] Com isso, têm alcançado novas posições, como maior acesso ao ensino, à qualificação profissional, à participação pública: embora ainda insuficientes para alterar significativamente suas vidas e a da população negra como um todo (Oliveira, 1995 pp. 15-16, meus grifos).

Uma edição do jornal *Toques Criola*, antes de instruir as/os leitoras/leitores sobre mecanismos de participação no Sistema Único de Saúde, afirma:

Nas oficinas de reflexão realizadas com as mulheres envolvidas nos projetos desenvolvidos por CRIOLA ouvimos histórias de maltratos, experiências vivenciadas em unidades da rede pública de saúde. Produto da idéia de que “se negros e negras já estão tão acostumados/as à dor, não podem reclamar...” [...].

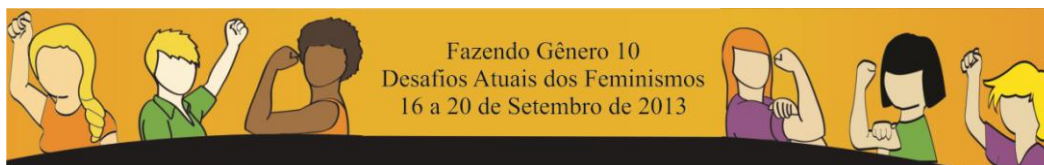
É o que temos chamado de racismo institucional, isto é, o racismo praticado de diversas formas, através de atos e palavras, em espaços públicos de saúde, educação, nas diferentes instituições. *Estes espaços só têm sentido se atender - e muito bem - a toda população* (Dacach e Werneck, 2004, meus grifos).

O destaque dos trechos acima tem por intuito mostrar que, no feminismo negro, não é são a democracia e a cidadania em si que forjam os direitos desfrutados pelo grupos sociais e sim a própria mobilização das populações marginalizadas em nome destes ideais. Participação democrática e cidadania aparecem como processos, conquistas que precisam ser renovada constantemente tendo em vista dois termos. De um lado, apresentam-se situações concretas em que a população negra é capaz de se reconhecer. De outro, enfatizam-se princípios normativos que aparecem mais ou menos implícitos, os quais servem de critério para que se vislumbre quais são os bens e garantias sociais negados às cidadãs negras. Entre ambos, emerge o poder, primeiro como produtor de desigualdades e injustiças (“racismo institucional”; “situação de opressão ao longo da história”), depois como possibilidade transformadora ao ser articulado pelo grupo oprimido (“As mulheres negras não aceitaram passivamente a situação de opressão ao longo da história”; “com isso, têm alcançado novas posições”).

Consequentemente, a ideia de “interseccionalidade” torna-se central para articular diferenças e desigualdades a uma ideia normativa de “igualdade” que a democracia pressupõe, assumindo funções de um ideal, um princípio regulador na busca da justiça social:

A interseccionalidade permite a visibilização das diferenças – desigualdades e privilégios – entre mulheres e no interior da população negra e, desse modo, *possibilita que se produzam respostas individualizadas, diretamente ligadas às vivências e necessidades de grupos específicos. O que as torna capazes de confrontar as desigualdades que se estabelecem tanto no plano geral da sociedade quanto intra-grupos*, permitindo também maior eficiência e eficácia na execução – e na avaliação - de políticas públicas (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras apud Criola, 2010).

Feminismo Negro e Estudo das Relações Raciais: um diálogo necessário

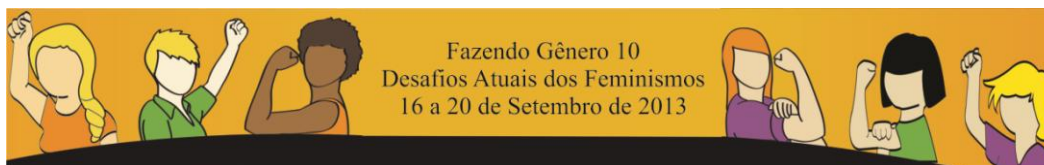


O campo acadêmico conhecido como “Estudos das Relações Raciais” tem sido um dos mais profícuos da academia brasileira desde a institucionalização das Ciências Sociais no país. Inúmeras/os intelectuais negras/os constataram, todavia, que, salvo exceções, este campo tem permanecido impermeáveis à produção intelectual da população que lhe serve de objeto de estudo (Lopes, 2004; Lima e Anya, 2006; Figueiredo e Grosfoguel, 2007).

Mulheres negras dedicadas a compreender dinâmicas da vida social, formular interpretações sobre injustiças e concretizar projetos de transformação social, por sua vez, tem se apropriado e rearticulado subsídios fornecidos pelos Estudos das Relações Raciais à luz de suas próprias experiências e das vertentes teóricas que influenciam as práticas feministas negras. Neste sentido, questionam limitações internas do campo e evidenciam lógicas que favorecem o afastamento de intelectuais negras/os de suas fronteiras. Ao me deter sobre seus escritos, proponho que elas ampliam os horizontes dos Estudos das Relações Raciais em quatro aspectos: 1) lugares de produção e finalidade do conhecimento; 2) experiência individual e estrutura social; 3) o papel do Estado na democracia; 4) interação entre raça, classe social e gênero.

Em primeiro lugar, as feministas negras desafiam a autoridade da academia e de agências governamentais como centros irradiadores do conhecimento científico. Questionam ideologia racista que faz o Estado negligenciar a coleta de dados sobre a condição de vida de negras/os e interpelam representações pejorativas e silêncios sobre as mulheres negras que impregnam o pensamento social brasileiro e o Estudo das Relações Raciais. Adotando-se de recursos indutivos, mobilizam experiências históricas das mulheres negras, utilizam-se de outros espaços de teorização externos a estas instituições, resgatam trajetórias esquecidas e incorporam saberes descreditados sob o rótulo de senso-comum a narrativas sociológicas (Gonzalez, 1984b; Carneiro, 2003b; Werneck, 2007).

Afirmam-se, portanto, como sujeitos de saber e, constatando que setores da academia contribuem para a hegemonização do mito da democracia racial, suspeitam da neutralidade de projetos de conhecimento desatrelados de propostas de erradicação de desigualdades. Este projeto de democratização do saber afirma-se, ainda, pela linguagem que empregam para comunicar suas ideias, com o objetivo de levar a público de menor escolaridade informações sobre a vida política e social do país e instruções sobre o sistema político em nível municipal, estadual, federal e internacional e fomentar sua presença em fóruns participativos. Neste sentido, o pensamento democrático do feminismo negro se configura como uma ferramenta de democratização dos próprios conceitos necessários à participação na vida política do país.



Em segundo lugar, as feministas negras parecem aliar, de forma original, duas dimensões de análise distintas: experiência individual e estrutura social. Ao aderir a definições fluidas e flexíveis de poder e, ao mesmo tempo, observar com ele sedimenta estruturas que perduram no tempo, permanecem a tentas à interação de fatores micro e macro-analíticos, fazendo recair o foco sobre os últimos. Este aspecto é particularmente visível em seus materiais de mobilização: no nível macro-analítico, aborda-se o funcionamento da sociedade, de instituições públicas e de canais participativos; no nível micro-analítico, empregam-se narrativas pessoais de ressignificação da subjetividade por meio do reconhecimento de opressões e adesão a práticas e discursos transformadores.

Em terceiro lugar, ao incorporar a interseccionalidade como princípio normativo de seu projeto político, o feminismo negro molda uma visão de democracia que se demanda não apenas instâncias representativas, como também requer a permeabilidade do Estado aos grupos subordinados para que eles participem de “iniciativas da sociedade que visam à redistribuição dos benefícios produzidos por todas e todos” (Criola, 2010 p. 12). Tal permeabilidade pressupõe fóruns participativos para decisão da alocação de recursos simbólicos e materiais.

Finalmente, o significado atrelado à interseccionalidade recusa noções monolíticas de desigualdade priorizadas pelo feminismo e pelo Estudo das Relações Raciais. Quando usado como um recurso descritivo, a interseccionalidade do feminismo negro amplia o campo de visão com base no qual o Estudo das Relações Raciais tem se firmado, permitindo compreender como a opressão racial é dependente e combinada com opressões de gênero, heteronormatividade e exploração econômica.

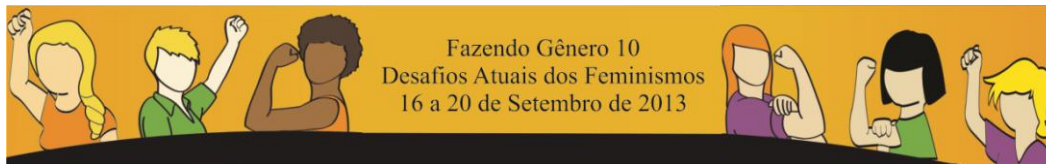
Referências

ALEXANDER-FLOYD, N. G. Disappearing Acts: Reclaiming Intersectionality in the Social Sciences in a Post-Black Feminist Era. **FEMINIST FORMATIONS**, v. 24, n. 1, p. 1-25, 2012. ISSN 2151-7363.

BAIROS, L. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 17, p. 173-186, 1996.

_____. **Entrevista com Luiza Bairos**. RODRIGUES, C. D. S. 2006.

CARNEIRO, S. Gênero, Raça e Ascensão Social. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, p. 544-552, 1995.



_____. A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista na luta anti-racista". In: MUNANGA, K. (Ed.). **História do Negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003a.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero In: (Ed.). **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editores, 2003b.

_____. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. (Doutorado). Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARNEIRO, S.; SANTOS, T.; COSTA, A. D. O. **Mulher negra**. São Paulo, SP: Nobel : Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985. ISBN 8521303122 9788521303121.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York: Routledge: 1 online resource (xvi, 335 p.) p. 2000.

CRIOLA. **Políticas Públicas para as Mulheres Negras**. Rio de Janeiro: Criola, 2010.

DACACH, S.; WERNECK, J. **Toques Criola**. CRIOLA. Rio de Janeiro. 15 2004.

FIGUEIREDO, A.; GROSGOUEL, R. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. **Ciência e Cultura**, v. 59, p. 36-41, 2007. ISSN 0009-6725.

GONZALEZ, L. **Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Lingüísticos e Políticos da Exploração da Mulher**. 8o. Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Pittsburg 1979.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. T. (Ed.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p.87-106.

_____. **Mulher Negra** 1984a.

_____. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Ciências Sociais Hoje: 223-244 p. 1984b.

_____. Por un feminismo afrolatinoamericano. In: INTERNATIONAL, I. (Ed.). **Mujeres, crisis y movimientos: América Latina y El Caribe**. Santiago: Isis International, v.9, 1988.

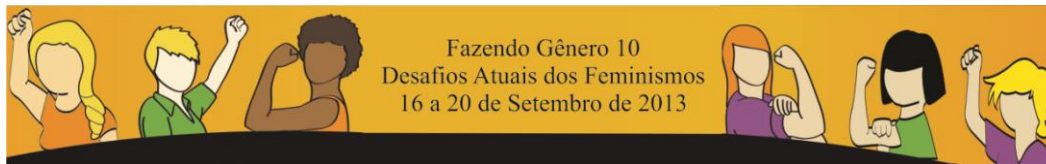
GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

HANCHARD, M. Contours of Black Political Thought: An Introduction and Perspective. **Political Theory: An International Journal of Political Philosophy**, v. 38, n. 4, p. 510-536, 08/01/ 2010.

IRACI, N. **Entrevista com Nilza Iraci**. RODRIGUES, C. D. S. 2005.

LIMA, A.; ANYA, O. C. Blacks as Study Objects and Intellectuals in Brazilian Academia. **Latin American Perspectives**, v. 33, n. 4, p. 82-105, 2006. ISSN 0094-582X.

LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo, SP: Selo Negro Edições, 2004. ISBN 8587478214 9788587478214.



OLIVEIRA, F. R. M. S. N. I. **A mulher negra na década a busca da autonomia.** São Paulo-SP: Geledés-Instituto da Mulher Negra, 1995.

ROLAND, E. **Entrevista com Edna Roland.** RODRIGUES, C. D. S. 2006.

WERNECK, J. **O samba segundo as Ialodês: mulheres negras e a cultura midiática.** 2007. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Black feminism in Brazil: political struggle as the site of formulation of a social and political subaltern thought

Abstract: In this paper, I outline an analysis of ideas developed by Black Women's Movement in the last 30 years, aiming to identify core elements of a social and political Black Feminist Thought in Brazil. First, I resort to researches on Black Women's Movement, as well as to a Critical Discourse Analysis of texts elaborated in the context of activism. In doing so, I try to understand how the movement, with its internal diversity, articulates concepts such as "oppression", "citizenship", "democracy" and "political participation". Next, I attempt to situate the authenticity of Black Feminism, carrying out a comparison with four features of the canonical literature on race relations and democracy: places of production and goals of knowledges production; individual experience and social structure; the role of State in democracy; the interaction of race, social class and gender. Finally, I suggest that the thought that emerges from Black Feminist mobilizations poses questions and offers alternatives that do not find place in traditional academic discourses, offering more complex readings of the social world, concrete proposals of social change and formulations that are accessible to non-academic audiences.

Keywords: Black feminism. Race relations. Social thought. Democracy.